



ADRA & Rede EPT – Angola

Relatório da Conferência Nacional sobre o OGE 2010 Angola



Apoio:



Dezembro/2009

Índice

Agradecimentos	3
I. Introdução	4
II. Apresentações de temas e debates	5
A. Conceitos básicos sobre o OGE e exemplos práticos da sua aplicação	5
B. Papel e expectativas da Sociedade Civil em relação à EPT até 2015	9
C. Principais conclusões do documento do OPSA sobre o OGE 2010	13
III. Grupos de trabalho	19
A. Temas discutidos e documentos de base	19
B. Análise síntese dos trabalhos em grupo	19
IV. Conclusões e recomendações	22
Anexo: Lista dos participantes	25

Agradecimentos

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e Rede da Sociedade Civil de Educação Para Todos – Angola gostariam de agradecer a todos os seus parceiros-doadores, particularmente, a Ajuda Popular da Noruega e a Intermon Oxfam pelo apoio financeiro concedido, que, obviamente, permitiu a realização da Conferência Nacional sobre o OGE – 2010.

Os organizadores gostariam também de agradecer a todos os participantes que responderam positivamente aos convites formulados, pois a realização da referida conferência não seria, naturalmente, possível sem a sua presença e participação activa.

I. Introdução

À medida que a informação disponível sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) aumenta e que cada vez mais organizações da sociedade civil em Angola se interessam por ele como fonte de dados e instrumento de advocacia, faz-se sentir a necessidade de capacitar as Organizações da Sociedade Civil (OSC), no sentido delas poderem analisar e utilizar melhor o OGE. Em 2009, várias conferências municipais e provinciais da sociedade civil abordaram este assunto, que foi também um dos temas principais da III Conferência Nacional da Sociedade Civil (CNSC), realizada em Novembro de 2009, em Benguela.

Com esta conferência sobre o OGE- 2010, a ADRA e a Rede EPT – Angola (Educação Para Todos) decidiram dar um passo para responder a duas das recomendações feitas pela CNSC, nomeadamente, “que haja um processo de capacitação das organizações que trabalham sobre governação, transparência e orçamento” e que “seja entendida a necessidade de desmistificar as questões ligadas ao orçamento para se poder trabalhar aos vários níveis”. De facto, uma das debilidades existentes relaciona-se directamente com a ideia que o OGE é algo muito difícil de perceber e analisar. Claramente, não se trata de um documento de fácil acesso e compreensão, mas com uma formação específica é possível criar oportunidades para que mais OSC utilizem este instrumento fundamental para as suas campanhas de advocacia e elaboração de propostas a apresentar ao governo, aos níveis central e local.

Concretamente, os objectivos da conferência foram os seguintes: 1) Familiarizar os participantes com os conceitos básicos ligados à política orçamental e gestão financeira do Estado; 2) Analisar a proposta do OGE para 2010 quanto às estratégias do Estado em relação aos 11 Compromissos para a Criança, a Estratégia de Combate à Pobreza, a Estratégia de Segurança Alimentar e o Plano de Acção Nacional de Educação para Todos até 2015; 3) Contribuir para a concretização das conclusões e recomendações da III Conferência da Sociedade Civil; e 4) Contribuir para uma melhor coordenação e consolidação dos processos em curso no domínio da monitoria do OGE.

A conferência teve lugar no dia 17 de Dezembro de 2009, no anfiteatro do ICRA – Instituto de Ciências Religiosas de Angola – em Luanda. Foi realizado com o apoio financeiro da Ajuda Popular da Noruega (APN), Embaixada da Noruega e Intermom Oxfam, e contou com a presença de 43 pessoas, das quais 11 mulheres.

Este relatório visa sistematizar os conteúdos das apresentações, dos debates e das conclusões da conferência, a fim de servir de instrumento de aprendizagem e de trabalho para todas as pessoas e organizações interessadas pela abordagem do Orçamento Geral do Estado em Angola.

II. Apresentações de temas e debates

A. *Conceitos básicos sobre o OGE e exemplos práticos da sua aplicação*

[Tema apresentado por Dr.^a. Albertina Delgado,
Oficial de Programa da Fundação Open Society, Angola]

Um orçamento é o “cálculo das receitas e das despesas prováveis na administração de uma casa, de um organismo público ou privado, do Estado, para um determinado período”.

Em todo o Orçamento Geral do Estado (OGE) é planeado, para cada ano fiscal, recursos monetários e o seu uso, visando à realização dos objectivos do Estado. No OGE, o Estado assume os seus compromissos para com a sociedade, perante a qual é responsável. Através do OGE, o Estado determina, entre outros, quais investimentos vão ser feitos, aonde vão fazê-los, a estrutura dos impostos e a cobrança das receitas. Estas decisões influenciam o crescimento das diversas regiões e direccionam o desenvolvimento no sentido lato da palavra. Portanto, o OGE é um documento público, acessível por qualquer cidadão, indo à imprensa nacional ou consultando-o no sítio do Ministério das Finanças.

O processo orçamental compreende quatro fases: **i)** elaboração, **ii)** aprovação, **iii)** execução, **iv)** e controlo. O OGE é elaborado pelo Ministério das Finanças, antes de ser submetido ao Conselho de Ministros, e por último, à Assembleia Nacional para aprovação. Em Angola, o calendário indica que tem que ser aprovado antes do dia 15 de Dezembro do ano anterior. Em seguida, ocorre a execução, com base no que foi previsto. No entanto, uma vez que tanto as receitas como as despesas são previsões, é possível que tudo o que é previsto possa não ser executado. Por isso, faz-se uma revisão no meio do ano, a fim de responder ao montante das receitas que, de facto, foram arrecadadas. Finalmente, a fase de controlo é baseada na prestação de contas e realizada pelo Tribunal de Contas.

Em Angola, ultimamente, não só o OGE que, abertamente, está sendo publicado, mas também a sua execução. Os dados ainda não são completamente actualizados, mas nota-se um progresso na divulgação da informação.

A gestão dos recursos públicos segue uma série de princípios, nomeadamente, a unidade (inclui todos os órgãos e serviços públicos), universalidade (todas as receitas e despesas públicas), anualidade (segue o ano civil), contestabilidade (competição e possibilidade de questionar), predictabilidade, transparência, contabilidade (responsabilização dos gestores) e eficiência na aplicação dos recursos. Todas as linhas devem estar detalhadamente descritas e acessíveis a todos, permitindo assim que os cidadãos possam reagir: eles têm o direito de saber como o dinheiro público está a ser gasto.

No OGE, as ferramentas são as receitas, as despesas e o saldo orçamental, que pode ser positivo ou negativo. As receitas são compostas das receitas públicas como os valores resultantes das actividades do Estado, correntes como os impostos, e de capital como a venda de bens do Estado. Se no ano precedente, tudo não tiver sido gasto, então o saldo passa para os “saldos não comprometidos de exercícios anteriores”. As despesas incluem as despesas públicas, tais como investimentos e os custos ligados à gestão das despesas públicas, que são os salários da função pública.

É importante voltar à fase de controlo do OGE. Quem faz a auditoria financeira é o Tribunal de Contas, mas a execução do OGE também é acompanhada e controlada pela Assembleia Nacional, pelo Ministério das Finanças, assim como pela Sociedade Civil (SC). Os cidadãos têm não só o direito, mas também o dever de participar em todas as fases do processo orçamental e influenciá-lo. A questão é saber como podemos participar no controlo do OGE. Existe em certos países o orçamento participativo (OP), nomeadamente, a nível dos municípios.

Por exemplo, no Brasil, antes de se decidir o que se vai fazer, realiza-se uma reunião do Conselho Municipal com os cidadãos, que podem intervir para apresentarem as suas prioridades e falarem das necessidades de cada comunidade. No fim do exercício, a administração municipal presta contas sobre o que se fez ou não. Portanto, trata-se de um direito de contribuição e controlo, que pode ser exercido por qualquer morador a partir de 16 anos, quer seja cidadão nacional ou estrangeiro. Em geral, os cidadãos elegem um conselho que recolhe as sugestões e as leva à administração, para facilitar a organização.

No entanto, como é que nós, Sociedade Civil, podemos analisar e utilizar a informação disponível no OGE como instrumento de advocacia? O interessante é ver quais sectores sofreram cortes orçamentais. Em 2009, quando o OGE foi revisto, e uma vez que as receitas diminuíram, os sectores que sofreram cortes foram os da educação e da saúde, enquanto as despesas para o sector da defesa aumentaram. Quando vemos os valores em percentagem parecem poucos, mas em absolutos é bastante significativo, i.e. \$270 000 milhões a menos para a educação e quase \$1 150 000 milhões para a saúde. Quem conhece as realidades da saúde e da educação públicas, em especial no interior do país, deve questionar estes cortes sectoriais.

Em função dos interesses de cada organização, pode aprofundar-se um sector específico. Em relação à educação, a única linha que subiu bastante foram os “serviços subsidiários à educação”, e em relação à saúde os “serviços não especificados”. O que se deve perguntar é o que são estes serviços. É também importante ver se os projectos que foram previstos foram mesmo realizados. Não podemos só olhar pelos números, mas também irmos ao terreno controlar e questionar. Estes dados estão todos disponíveis no *website* do Ministério das Finanças. É importante habituarmo-nos a buscar a informação e verificar o que foi feito na realidade, a fim de falar com propriedade, pedir explicações e também fazer propostas.

Síntese das perguntas e dos comentários

- Os recursos orçamentados para os diferentes Ministérios não têm sido gasto na sua totalidade. Portanto, existem poucos esforços para a utilização dos recursos recebidos, pelo que se julga necessário analisar o exercício anterior para saber porquê existe muito saldo positivo (no caso também saldo negativo). Depois, é importante obter informação dentro dos próprios Ministérios sobre as linhas orçamentais que nós Sociedade Civil não sabemos definir.
- Como é elaborado o orçamento? Os valores previstos já existem ou ainda têm de ser arrecadados? O Ministério das Finanças consulta os demais Ministérios e os principais responsáveis de cada sector ou não?
- Quais são os números e níveis acessíveis? O que cabe dentro da linha “serviços não especificados”?
- A Sociedade Civil só pode intervir em Luanda? Ou também nas restantes províncias?
- O OGE é participativo em Angola?
- O que são as prioridades estratégicas? Como são definidas? O processo ainda é altamente centralizado no executivo. Há pouca participação dos outros sectores do Estado e da SC. O acompanhamento deve fazer-se em todo o processo. No passado, houve muita ineficácia e ineficiência na execução do OGE. Sobre a transparência, há *website* e acessibilidade, mas o processo está fechado, não há, de facto, possibilidade de intervir. Portanto, a questão é: como as OSC e os cidadãos podem intervir?
- Os cidadãos não estão preparados para participar. O que fazer para melhorar a participação dada esta realidade?
- No sector da educação, há espaços criados para participar, mas como é que podemos monitorar este processo?
- Há províncias como Lunda-Norte onde há mais recursos. Como são distribuídos os fundos?
- No OGE para 2010, as dotações para a educação e a saúde aumentaram ou não? E para a defesa?

Síntese das respostas

- Se formos para a página do OGE, temos detalhes até aos níveis municipal e provincial, onde se pode encontrar 200 páginas, com informações diversas sobre o assunto. Por isso, as OSC têm de se organizar para repartir as tarefas, por sector. Há muita melhoria da parte do Governo no que diz respeito à divulgação da informação sobre o OGE. Anteriormente, o OGE não era público, mas hoje ele é, o que permite cada cidadão questionar a dúvida que tem sobre o OGE, assim como emitir uma opinião.

- O OGE inicial é um sonho. Prevê-se o que se vai arrecadar, portanto, pode-se não conseguir ou ter mais receitas. É por isso que se faz uma revisão no meio do ano.
- Em Angola, ainda não existe um orçamento participativo. Um exemplo prático, é o facto de que as escolas e as demais instituições públicas não participam na sua elaboração, apesar de dentro do IMEL existirem professores que analisam e participam no OGE. Tal realidade, dá força de que é possível a participação da Sociedade Civil. O facto de descentralizar-se para os municípios também pode facilitar. No entanto, o objectivo da participação não é só criticar, mas também formular propostas.
- Quando é que a SC pode intervir? Em 2009, pela 1ª vez, o OGE para 2010 foi disponibilizado antes de ser discutido pela Assembleia Nacional. Portanto, a Sociedade Civil poderia também organizar debates antes da discussão na Assembleia Nacional, para fazer análises e influenciar. Claro que não se iriam obter resultados positivos, em termos de influenciar as reais necessidades da população Angolana, mas seria um início.
- Na verdade, seria inegável a presença de um quadro afecto ao Ministério das Finanças a esta conferência, pois ajudaria a explicar como são definidas as linhas orçamentais...
- Sobre o orçamento por província, não sabemos como é feito e quais critérios, mas podemos já começar pelo que temos e ver se corresponde às necessidades da área. Tem-se de cultivar uma cultura de análises no seio da Sociedade Civil e elaborar sugestões concretas.
- Na informação divulgada, temos as despesas por órgão, até da Presidência da República. Temos também o resumo das despesas por local e por programa. Mas temos que analisar por sector, local, investimento, etc. No entanto, é verdade que tem também uma rubrica de despesas não especificadas, que é maior do que as outras, e não se sabe o que cabe lá dentro, mas pode-se, posteriormente, observar a partir do Plano de Contas.

B. Papel e expectativas da Sociedade Civil em relação à EPT até 2015

[Por Victor Manuel Barbosa,
Presidente da Associação Angolana de Educação para Adultos (AAEA) e
Coordenador Nacional da Rede Angolana da Sociedade Civil de EPT]

A Rede da Sociedade Civil de Educação Para Todos até 2015 (Rede EPT-Angola) é impulsionada pela nossa auto-decisão e tomada de consciência de que o exercício da cidadania é necessário para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A Declaração Universal de Dakar (2000) diz que cada país deve ter um plano nacional de educação para todos (EPT), sob liderança governamental, mas recorrendo à Sociedade Civil nacional. Em Angola, já houve envolvimento da mesma a quando da elaboração do Plano de Acção Nacional de EPT.

O papel primordial da Rede EPT-Angola é organizar e promover a participação dos diferentes actores sociais do país e motivá-los para o exercício da cidadania, através de capacitação, para que todos estejam melhor informados e formados no sentido de participarem de maneira consciente. O exercício da cidadania através da advocacia é necessário para a democracia e para o respeito da própria pessoa humana. A Sociedade Civil deve estar presente na elaboração de planos, programas e projectos, bem como na monitoria e avaliação dos mesmos. A Rede EPT-Angola propõe-se também contribuir para capacitar e estimular outros grupos sociais, como os pais e encarregados de educação, a fim de se envolverem cada vez mais nas questões de educação.

A Rede EPT-Angola está organizada a três níveis: i) a nível nacional, através da AAEA, Organização Não Governamental Coordenadora, ii) a nível do continente africano, através da ANCEFA – Campanha da Rede Africana em prol da Educação Para Todos e, iii) a nível internacional, através da Campanha Global pelo Direito à Educação, que se realiza anualmente (em Abril), com o objectivo de estimular os diferentes actores sociais a debater-se sobre questões de educação, num intuito de se defender uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos os homens e todas as mulheres.

A ANCEFA realizou, em Abril de 2009, a sua Segunda Assembleia-Geral no Senegal, país que faz muito esforço para conquistar os Objectivos da EPT, dedicando quase 40% do seu orçamento para o sector da educação. Aquele Governo Senegalês, arrecada tal elevada percentagem, porque entende que a educação é a única chave para que haja paz e desenvolvimento sustentável. A Rede EPT-Angola refere-se a educação que promova valores e não apenas conteúdos académicos. Para isso, tem de haver maior divulgação da informação sobre a educação, bem como deve haver mais espaços para debater-se sobre questões de educação.

Entre outros assuntos de maior atenção, constitui prioridade para a Rede EPT-Angola a primeira infância, nomeadamente, a educação pré-escolar, sem esquecer a saúde, porque um cuidado atencioso nesta idade contribui para o

bom desenvolvimento da criança. Muitos pais não sabem ler e escrever, portanto, a educação pré-escolar é crucial para as crianças terem sucesso e serem acompanhadas pelos próprios pais e encarregados de educação. Por estas razões, a atenção a primeira infância deveria ser cabalmente apoiada e gratuita. Para maior eficiência, tem que ter em conta o que dificulta o acesso à educação pré-escolar, como a pobreza e a má alimentação. Tem-se de pensar também numa integração inclusiva, que tenha em consideração os problemas particulares das crianças com deficiências, para que possam gozar do direito à educação.

No entanto, olhar para o acesso à educação pode não resolver tudo. A Rede EPT-Angola pretende advogar uma educação de qualidade, que promova a auto-estima. Uma educação em que o professor tem de estar sempre a estudar para assegurar uma boa qualidade do ensino.

Um outro aspecto importante é a educação de jovens e adultos. É necessário que o Estado Angolano inclua no OGE valores GE dedicados à educação de jovens e adultos, não só para a Educação Formal, mas também para outros espaços de aprendizagem. Todos estes aspectos têm que estar reflectidos no OGE. Será que corresponde? É o que se tem de analisar. E todos os actores da Sociedade Civil têm de estar cada vez mais envolvidos nestas questões.

Assim, dentro dos objectivos da Rede EPT-Angola, pretende-se que, a nível local, as pessoas façam a análise e reflectam sobre o OGE. Por exemplo, a Direcção Nacional do Ensino Geral integra agora antigas direcções como o ensino de adultos, o ensino particular e será que o valor monetário que recebe é suficiente para materializar os planos que estão sob sua égide? Uma outra questão a olhar é a capacidade dos Ministérios de gastar o que recebem.

A educação em Angola não recebe valores monetários suficientes, quando comparado com outros países, mas muitas vezes, as verbas não são utilizadas na sua totalidade. Será que há problemas de organização dentro dos Ministérios, das Direcções centrais, provinciais e das Repartições municipais?

Para facilitar a participação da população sobre as questões orçamentais, tem de se promover a transparência e a prestação de contas a nível local, o que facilita os encarregados de educação participarem e poderem influenciar o orçamento da (s) escola (s) da sua área. A esse nível, podem até contribuir para resolver os problemas e evitar conflitos. Por isso, todos os actores sociais têm de se educar para tomar-se decisões de uma nova maneira, que inclui sempre a participação das pessoas afectadas pelas decisões. Porém, é obrigação das pessoas com cargos públicos informar e prestar contas, e da sociedade civil participar, uma vez que temos todos interesses comuns.

Gostaríamos que existisse em Angola um mecanismo que fizesse monitoria da implementação do Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos até 2015. Para facilitar a monitoria, o governo deveria fazer relatórios sobre o que faz.

Uma outra abordagem que a Rede EPT-Angola quer incentivar é a promoção de uma cultura de diálogo. A Sociedade Civil é crítica e apaixonada, mas há também pessoas que eram da Sociedade Civil e trabalham agora no governo. Portanto, julga-se necessário promover uma cultura de diálogo e conjugar esforços para que, em próximos encontros como este, haja também representantes dos diferentes Ministérios que possam elucidar as nossas questões, e procurarmos juntos as soluções mais adaptadas em função da nossa realidade.

Síntese das perguntas e dos comentários

- Além da primeira infância, a fase pré-natal é muito importante. A mãe alfabetizada faz uma grande diferença na redução da mortalidade infantil e na educação dos seus próprios filhos. Deveria pensar-se nisto na perspectiva da inclusão. Uma outra questão é a das línguas nacionais que também tem a ver com o OGE, mas temos de decidir que tipo de inclusão se pretende.
- Qual é a situação actual do Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos? Há um ponto focal no MED com qual a Sociedade Civil pode falar? Em relação às línguas nacionais, para inúmeras crianças, principalmente no interior do país, começar o ensino em Língua Portuguesa, sem transição, pode criar traumas naquelas que só falam as línguas nacionais antes de entrar na escola.
- Existem escolas onde não há só aprendizagem formal, mas também aprendizagem não formal, refiro-me, por exemplo, aquelas escolas que têm a prática de lavras escolares, etc. As crianças destas escolas, quando saem, podem dar muito à comunidade, pelo que seria necessário estimular isto nas escolas.
- Professores que saem da cidade para ensinar no campo não se adaptam muito bem. Seria importante, primeiro, mapear os moradores de cada área com potencialidades e aperfeiçoá-las.
- A Rede EPT tem relação com a Rede das Escolas Católica, uma vez que há um passado histórico de relação entre as Escolas Católica e o MED.
- Na III Conferência Nacional da Sociedade Civil que, recentemente, se realizou em Benguela falou-se da gratuitidade do ensino. Até onde existe em Angola e qual é a posição da Rede? Qual é a situação actual das crianças com deficiência?
- Qual é o nível de divulgação do trabalho da Rede EPT junto dos alfabetizadores? Em relação às línguas nacionais, há agora um debate que promove a ideia segundo a qual, as nossas crianças devem começar a aprender línguas estrangeiras cada vez mais cedo. Entre estas, as línguas nacionais e o Português, como fazemos?
- Temos que ter turmas com menos crianças, porque salas de aula com muitos alunos afecta a qualidade da aprendizagem.

- Em relação às infra-estruturas, como conciliar o objectivo de educação para todos até 2015 e o facto de que há ainda muitas crianças fora do sistema de ensino?

Síntese das respostas

- Não é só a questão da integração das línguas nacionais, mas também de todos os métodos sobre quais temos de reflectir. Tem de haver um processo de entrada das coisas novas, a partir do próximo e acrescentar novas disciplinas pouco a pouco, inclusive o Português. É de notar que os maiores inimigos das línguas nacionais são os próprios intelectuais. O que é que há para se ler em línguas nacionais? Tem que se investir em pesquisas para avaliar a relevância dos materiais existentes. Isto está ligado em como vemos a educação de maneira geral.
- Queremos que haja uma relação dinâmica com o MED e há pessoas dedicadas nesse Ministério, porém, há muito problema de gestão de tempo, mesmo havendo planos de trabalho.
- É importante investir nas pessoas e nas suas próprias áreas. Para tal, é preciso desburocratizar os procedimentos ligados à educação, para facilitar o recrutamento local, por exemplo, em vez de se fazer concursos públicos de vez em quando.
- A Rede ETP tem-se relacionado com as PROMAICAS, mas não especialmente com a rede das escolas católica. No entanto, estamos abertos a novas parcerias. Precisamos ainda de mais actores para promover uma educação de qualidade para todos.
- Temos que ter em conta a inclusão de todos. Angola investiu na formação de professores para crianças com deficiências. Porém, há ainda muito por fazer nesse domínio, por exemplo, sistematizar e partilhar a experiência que possui com os diferentes actores. Ainda são necessários mais investimentos em pessoal que possa acompanhar as crianças com dificuldades, para não haver discriminação.
- Desenvolver a cultura de ler também é importante e para isso, é preciso promover muito mais a alfabetização. As avós têm, em geral, mais tempo e vontade de ler histórias aos netos, mas têm de ser alfabetizadas.
- Tem de se investir nos estudos e estatísticas para saber o que fazer, olhando não só para a quantidade, mas também para a qualidade. Até que ponto, por exemplo, podemos considerar que uma pessoa é alfabetizada?
- Os jornalistas têm prémios, há concursos “misses” em cada província, mas não há nada para o reconhecimento dos professores. Portanto, o desempenho do professor também depende do estímulo de todos nós.
- A abordagem REFLECT, que em Angola chamamos APLICA, centra-se no princípio da reflexão e aprendizagem que está directamente ligada à acção. As pessoas constroem mapas e coisas concretas no chão, aprendem a ler e escrever as palavras ao mesmo tempo que se relacionam com a realidade em que vivem.

C. Principais conclusões do documento do OPSA sobre o OGE 2010

[Tema apresentado por Sérgio Calundungo,
Director Geral da DRA e Membro do OPSA]

“O OGE é aonde a politica se encontra com a realidade.”

(www.cmi.no/publications)

O Observatório Político-Social de Angola – OPSA – Tem feito nos últimos anos análises e recomendações sobre o Orçamento Geral do Estado. Ver www.opsa-angola.org. Outras instituições também têm-no feito como é o caso do Chr. Michelsen Institute – CMI (instituto Norueguês de pesquisa), em parceria com o Centro de estudos da Universidade Católica de Angola., Visitar www.cmi.no, sem se esquecer das análises publicadas pela Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Igreja Católica em Angola.

1. Sociedade civil e elaboração do OGE

A Sociedade Civil é um interveniente que deveria desempenhar um papel importante ao longo de todo o processo relativo ao OGE, não apenas na fase da elaboração, mas também nas fases de execução e controlo. No entanto, até agora não se verifica esta participação, razão pela qual, tem-se perdido a oportunidade de se obter uma maior aproximação do OGE aprovado a realidade e prioridades dos cidadãos mas carenciados, já que muitos actores da sociedade civil actuam em zonas onde as instituições públicas do estado não se fazem presentes ou não possuem um conhecimento adequado da realidade.

Um dos constrangimento das Organizações da Sociedade Civil em não poder influenciar o OGE na sua fase de elaboração, reside no facto de que as mesmas apenas acedem-no quando está prestes a ser levado para aprovação junto da Assembleia Nacional. Portanto, deixa-se pouco espaço para que se possa opinar, contribuir ao documento. Neste constrangimento junta-se o outro que reside no facto de que até a presente data a maior parte dos cidadãos não se envolvem muito nos processos de elaboração, execução e controle do OGE. Assim, a Sociedade Civil e os cidadãos têm pouquíssimas oportunidades de dialogar com as instituições governativas mesmo ao nível local sobre as prioridades que devem constar no OGE, porque a forma como está estruturado o processo de definição das prioridades do OGE não o permite.

Será que o OGE actual reflecte as necessidades e prioridades da maior parte dos cidadãos? É muito difícil saber quais são as prioridades da maior parte dos cidadãos, porque elas variam. Nem todas as pessoas têm as mesmas prioridades, no entanto, enquanto actores da Sociedade Civil e enquanto cidadãos conhecemos as realidades sociais onde intervimos e com base neste conhecimento, podemos contribuir no processo de elaboração e execução do OGE. A questão é como é que podemos contribuir para um diálogo com aqueles que possuem o mandato de elaborar e executar o OGE? E como

vamos determinar as prioridades para que o OGE se aproxime à prioridades reais dos cidadãos com os quais interagimos?

O OGE está elaborado com base no programa do Governo saído das últimas eleições. Neste caso, faz todo sentido partir do princípio segundo o qual, o actual OGE deve reflectir o programa de governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), uma vez que foi neste programa em que a maior parte dos eleitores depositaram a sua confiança.

Aspirações dos angolanos identificadas pelo MPLA	Eixo do Programa de Governação
<ul style="list-style-type: none"> ○ Paz ○ Justiça ○ Democracia ○ Estabilidade Social ○ Unidade e Coesão Nacional ○ Segurança Interna 	<p>DIMENSÃO POLÍTICA: Consolidar a estabilidade política e reforçar a democracia</p>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Eliminação da fome e da pobreza extrema ○ Emprego ○ Crescimento económico ○ Justa repartição do rendimento 	<p>DIMENSÃO SOCIAL: Melhorar a qualidade de vida dos angolanos</p>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento sustentável ○ Desenvolvimento humano ○ Eliminação das desigualdades gritantes 	<p>DIMENSÃO ECONÓMICA: Garantir o crescimento da economia do país de forma sustentável</p>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Transparência ○ Boa governação 	<p>DIMENSÃO GOVERNATIVA E INSTITUCIONAL: Melhorar a capacidade institucional do país e melhorar a governação</p>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Inserção do país na economia mundial ○ Manutenção de boas relações com os países vizinhos e parceiros internacionais 	<p>DIMENSÃO EXTERNA: Reforçar o posicionamento de Angola no contexto internacional</p>

Fonte: documento do OPISA sobre o OGE 2010

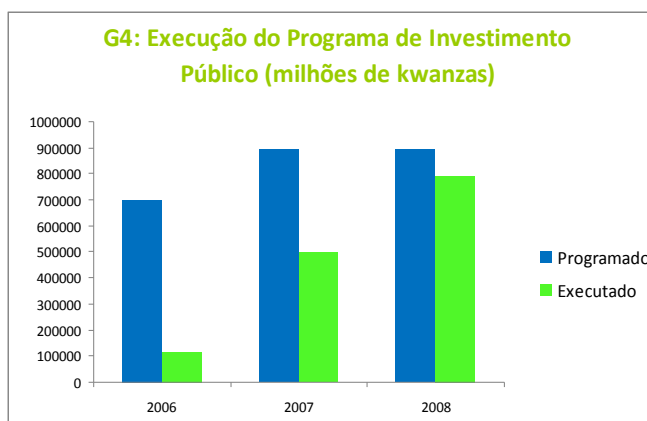
Olhando para o quadro acima apresentado, a pergunta que se levante é a seguinte: até que ponto o orçamento previsto para 2010 responde de forma adequada as aspirações dos cidadãos Angolanos? O presente OGE expressa da melhor maneira as aspirações constantes no programa do governo?

2. As fases de execução e controlo

Outras preocupações levantadas pelos diferentes documentos que analisam o OGE de Angola, prende-se com a fase de execução do OGE: nesta fase, destacam-se questões como:

A) As taxas de execução das actividades e gastos previstos no OGE para determinados sectores são baixas, como se pode observar

no gráfico seguinte, obtido a partir do Relatório de Análises do OGE – 2010, uma publicação conjunta entre o OPSA e a ADRA: Segundo a mesma fonte, em 2006 a taxa de execução do PIP foi igual a 16,6%. Em 2007 foi igual a 55,8%, enquanto em 2008 foi 88,3%. Apesar de estes indicadores representar uma grande melhoria, há que se explicar as razões que estão na base da não execução total ou pelo menos de 90% dos fundos destinados em cada área.



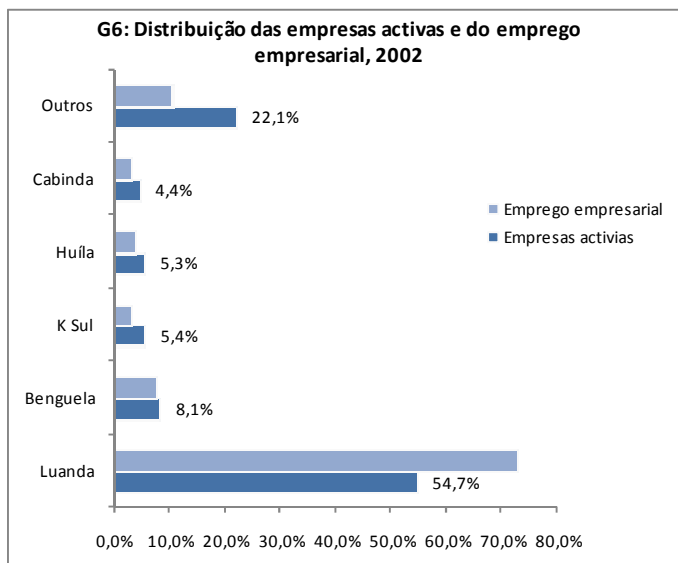
B) Um segundo problema vem da capacidade que as diferentes instituições do governo, incluindo da sociedade civil têm para controlar a qualidade dos bens e serviços que são prestados pelas instituições do governo com base nas verbas provenientes do OGE. Neste sentido, deve-se olhar não só para quanto cada sector recebe, mas também para quanto ele consegue gastar e a qualidade do que faz com o dinheiro. Por exemplo, para além dos vários pronunciamentos em relação à qualidade de muitas infra-estruturas financiadas com verbas do OGE, ao nível dos serviços, sobretudo de educação e saúde, não basta olhar para o número de pessoas que frequentam as escolas ou os hospitais, mas também a qualidade deste atendimento.

C) De maneira geral, algumas deficiências que se registam na fase de execução do OGE, são também consequências da baixa capacidade de programação e priorização de muitas das unidades orçamentais. Constata-se que em muitos dos casos as cifras que aparecem plasmadas no OGE, foram aí colocadas sem um adequado trabalho prévio de diagnóstico, análise e discussões ao nível de base, sobretudo nas comunas e municípios, o que é de lamentar, porque em muitas destas localidades, existem uma série de actores da sociedade civil que possuem conhecimentos, capacidades e até vontade em ajudar as autoridades ao nível local a melhor definirem as prioridades para o OGE.

D) Com relação ao controlo da execução do OGE, uma das grandes dificuldades prende-se com relação ao acesso à informação transparente sobre os fundos envolvidos na execução das tarefas previstas, há gastos cujos fins não são claros e muitos deles fora do previsto no OGE. O documento do OPISA também faz referência a problemas de coordenação entre as diferentes instituições do governo na execução de algumas tarefas: a título de exemplo, o documento refere o facto de que para a reconstrução nacional intervêm um gabinete especial, o Ministério de Obras Públicas, o Ministério dos Transportes, etc. Num contexto como este, a pergunta que se faz é a seguinte: Como assegurar que o que está dedicado à reconstrução ou à segurança alimentar está bem utilizado, uma vez que é realizado por entidades diferentes?

E) Ainda sobre o controlo da execução do OGE, pode-se notar que existem mecanismos institucionais de controlo internos ao nível de instituições específicas do governo, que tem este mandato e externos que é feito pelos deputados da Assembleia Nacional, Tribunais e a Sociedade Civil a questão que se levanta é a seguinte: Até que ponto estas instituições têm capacidade para fazer um adequado seguimento? No caso da Sociedade Civil tem esta consciência de que este é também o seu papel? Possui mecanismos e meios para o fazer? As instituições do estado reconhecem o papel da sociedade civil ao nível do controlo do orçamento? Pensamos que ai reside um grande constrangimento uma vez que, até alguns deputados, alegam ter dificuldades para obterem informações do executivo relacionadas com o controlo da execução do OGE, o que evidencia a existência de dificuldades por parte das Unidades Orçamentais em porem a disposição dos cidadãos informações sobre a forma como estas aplicam as verbas do OGE, o que torna quase inexistente o controlo da população sobre o OGE

F) Uma outra questão que o documento analisa prende-se com a seguinte pergunta: de que maneira, o OGE procura reduzir as desigualdades regionais existentes no país? Olhando para a distribuição da população Angolana e para a distribuição dos principais investimentos o documento do Observatório Político Social de Angola (OPISA), conclui que: cinco províncias (Luanda, Kwanza-Sul, Benguela, Huíla e Cabinda) concentram 77,9% da população e 78% das empresas do país. Só Luanda tem 55% das empresas. Nos parece que



o presente OGE não avança grandes linhas para mudar esta realidade uma vez que um OGE pode e deve ser uma boa ferramenta para a correcção das desigualdades regionais e desigualdades.

3. Formas de organização da SC em relação ao OGE

Qual é o papel dos cidadãos e dos actores da Sociedade Civil? Há toda uma grande necessidade de todos os cidadãos e actores da Sociedade Civil em perceber muito melhor o OGE, mas também acreditar que eles podem influenciá-lo. Se não se acredita nas instituições, nem na capacidade de influenciar as mesmas instituições, continuar-se-á acreditar que não se pode fazer nada a este respeito, então não se pode contribuir significativamente para que tenha um OGE cada vez mas representativo das aspirações dos cidadãos.

O OGE é um instrumento poderoso, por isso, há toda uma necessidade de se formar redes temáticas para articular as posições entre os diferentes actores da Sociedade Civil, num intuito de o influenciar. Não se pode trabalhar muito sobre um assunto ou um outro, sem nunca olhar na forma como ele se reflecte no OGE. É importante conhecê-lo para a fundamentação das opiniões e posições. Nos últimos anos (de 2002 para cá), muitos financiadores deixam de apoiar projectos sociais em Angola, porque dizem que o Governo de Angola tem recursos financeiros suficientes para fazer face à questão da pobreza.

É verdade que comparativamente a anos anteriores, a capacidade financeira e institucional do governo de Angola é muito maior, mas se esta capacidade não for devidamente gerida e não se traduzir em políticas públicas que vão de acordo com as necessidades reais das pessoas pobres, a situação não vai melhorar, daí que se deve defender a ideia segundo a qual a Sociedade Civil, precisa ainda de apoios significativos para melhorar a sua capacidade de percepção e influência das políticas públicas e do OGE.

Síntese das perguntas e dos comentários

-
- O documento Estratégia de Combate à Pobreza 2001 mostra causas da pobreza em Angola. A corrupção é uma das claras causas. A forma de poder participar é duvidosa. O próprio administrador adjunto do Cacucaco, por exemplo, não sabe dizer como está formado o Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACS).
- O que nos queremos está visível. As pessoas que trabalham no OGE foram formadas. Nos também temos de o ser, para participarmos devidamente. Em Fortaleza, Brasil, por exemplo, as OSC receberam formação ao longo de quase dois anos. Estamos a debater e promover discussões, temos que ser formados agora, e depois poderemos ver qual será o próximo passo.
- Tem de se fazer formação e disseminar a informação. Temos que reformar a nossa educação, que tem um grande défice de qualidade. Mas não temos

cultura de trabalhar em equipa. Temos a capacidade de nos adaptarmos e nos encaixarmos no sistema, mas não de criticar o processo. Temos de ter uma Sociedade Civil que não imite os partidos políticos, mas seja ela própria, com as suas formas de influenciar e pressionar. Temos que desenvolver a cultura de criticar as ideias e não as pessoas, a fim de sermos construtivos. Portanto, temos de encontrar a nossa maneira de participar, o nosso próprio modelo.

- O OGE parece uma coisa muito complicada, temos de desmistificá-lo, divulgando informações e depois especializarmo-nos. Temos também de incentivar os governos provinciais para incluir-nos pouco a pouco na elaboração do Orçamento.
-
- Ver como utilizar este instrumento para cada organização fazer um melhor trabalho com as comunidades e saber priorizar. Temos de dar mais atenção ao OGE e entrar no pormenor.
- Será que há vontade, abertura, por parte das instituições da SC em participar?
- Há coisas que já estão a ser feitas por várias organizações, como o trabalho da Plataforma Mulheres em Acção sobre OGE e género, mas ninguém conhece, temos de buscar a informação e utilizar melhor o que já existe.

Síntese das respostas

Abertura? Será que temos de esperar por isto? Temos de criar os espaços. Os movimentos que lutaram pela independência não esperaram por abertura para fazer algo. A Lei Constitucional vigente diz que temos o direito e o dever de participar e dos três projectos constitucionais, nenhum retirou isto.

III. Grupos de trabalho

A. Temas discutidos e documentos de base

Após as apresentações dos trabalhos em grupo, o objectivo consistia em ligar os conteúdos teóricos adquiridos na sessão da manhã à prática, numa perspectiva de aprendizagem. Os principais documentos utilizados pelos grupos de trabalho foram: o OGE para o ano 2010, os 11 Compromissos para a Criança, a Estratégia de Combate à Pobreza de 2001 e a Estratégia de Segurança Alimentar. Utilizaram-se ainda os seguintes documentos complementares: Manual de Formação sobre o Orçamento Geral do Estado (PAANE), e Documento do OPSA sobre a análise da proposta de OGE de 2010.

Este último documento devia abordar as questões seguintes: Até que ponto a priorização e alocação de recursos feita no OGE, reflecte os objectivos estabelecidos nas três estratégias/Compromissos? Quais as tendências do OGE em 2010 no que se refere a estas estratégias, se as compararmos com os orçamentos dos anos anteriores? Até que ponto o OGE reflecte os objectivos de desconcentração para a implementação destas estratégias? Será que o investimento está focalizado nas zonas já conhecidas como mais carenciadas? Até que ponto o investimento nas infra-estruturas está equilibrado com o investimento na capacidade humana? Será que o OGE reconhece a feminização de pobreza?

As questões previstas para a análise dos grupos de trabalho foram: 1) a capacidade do Estado e parceiros sociais para atingir os objectivos de cada estratégia; 2) quais as mudanças concretas na alocação de fundos que se pretendem atingir e porquê; 3) como podemos apresentar estas mudanças concretas em mensagens claras a transmitir; e 4) quais são as formas potenciais em que as OSC podem dialogar com o Estado (Assembleia, Governo) sobre o OGE e a que níveis?

B. Análise síntese dos trabalhos em grupo

De uma forma geral, esta parte visa analisar não as dificuldades organizacionais, mas sim as que os participantes enfrentaram ao fazer o exercício. As apresentações tiveram o mérito, segundo vários participantes, de desmistificar o OGE, além de dar-lhes vontade de trabalhar com ele. O exercício não eliminou a vontade, mas criou também consciência que é preciso tempo e mais informação e formação para perceber bem o OGE, até poder analisá-lo e utilizá-lo em trabalho de advocacia. O OGE é sim acessível, mas ele não é de fácil percepção, pelo que se julgou importante realizar-se acções de capacitações para os actores da Sociedade Civil.

Eis o índice do OGE:

1.	RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO
2.	PROJECTO DE LEI
3.	ORÇAMENTO CONSOLIDADO
3.1	Resumo da Receita por Natureza Económica
3.2	Resumo da Receita por Fonte de Recursos
3.3	Resumo da Despesa por Natureza Económica
3.4	Resumo da Despesa por Função
3.5	Resumo da Despesa por Local
3.6	Resumo da Despesa por Programa
3.7	Resumo da Despesa do Órgão Por Programa
3.8	Resumo do Programa de Investimentos Públicos Por Unidade Orçamental
3.9	Resumo das Despesas de Funcionamento
3.10	Resumo da Despesa com o Programa de Investimentos Públicos
3.11	Resumo da Despesa por Natureza Económica e Poder
3.12	Resumo da Origem dos Recursos por Órgão

O principal problema encontrado pelos participantes foi que nem os 11 Compromissos para a Criança, nem a Estratégia de Luta contra a Pobreza, corresponde a um só programa. Mesmo para quem procura informação por local, quer seja por província, quer seja por município, as despesas estão ligadas a uma variedade de programas específicos e concretos, destinados a responder às políticas e estratégias do governo. Por isso, as despesas não estão divididas por política ou estratégia em si. Ao contrário, as despesas por função (educação, saúde etc.) são pouco detalhadas.

Portanto, uma análise estratégica do OGE requer tempo e um certo domínio dos programas do governo, daí a necessidade das Organizações da Sociedade Civil dividirem a análise do OGE consoante a sua área de especialidade. De facto, uma OSC especializada na área da educação pode, ou pelo menos deveria, conhecer os programas ligados à essa área, mas não tem obrigação de conhecer bem os programas de saúde. Com base nestas dificuldades, constatações e algumas observações feitas, eis algumas conclusões que os grupos de trabalho (GT) tiraram, respondendo às perguntas feitas no início do exercício:

Mudanças concretas na alocação de fundos que se pretendem atingir:

1. Grupo de Trabalho 11 Compromissos: houve aumento das verbas para responder aos 11 Compromissos, mas não parece ainda suficiente.
2. Grupo de Trabalho Segurança alimentar: é muito difícil ver como as despesas são feitas e seria preciso o apoio de pessoas melhor formadas para ajudar;

Observação: O 1º grupo confirmou que encontrou a mesma dificuldade.

Como podemos apresentar estas mudanças concretas em mensagens claras e quais as formas e os níveis de diálogo?

1. Temos de apresentar as nossas opiniões aos vários órgãos do Estado, nomeadamente, convidando e promovendo a participação destes órgãos nos eventos da sociedade civil;
2. Promover a participação dos grupos especificamente interessados por um tema ou um outro, por exemplo, os agricultores nas questões de segurança alimentar.

IV. Conclusões e recomendações

Após o retorno dos grupos de trabalho à plenária, foi apresentada e debatida a primeira versão das conclusões e recomendações do dia. Com base nas últimas observações feitas pelos participantes, foram finalizadas, nos dias seguintes, as seguintes conclusões e recomendações:

Conclusões

1. Em Angola, o OGE não é ainda elaborado de maneira participativa, i.e. envolvendo não só o poder executivo, mas também as outras instituições do Estado, as Organizações da Sociedade Civil, e os cidadãos em geral;
2. O Governo angolano, através do Ministério das Finanças, tem feito esforços para divulgar cada vez mais informações sobre o OGE; no entanto, o facto de as disponibilizar no *website* do Ministério não confere carácter público nem permite a participação da população que, na sua maioria, não tem acesso à internet;
3. A informação disponível ainda é apresentada de forma condensada, linguagem complexa, o que se traduz em dificuldades de análise para quem não tem relação específica com a política orçamental;
4. A falta de transparência na execução do orçamento é favorecida pela existência de “fundos” sem que o seu fim e órgão de gestão sejam clarificados, como é o caso das categorias orçamentais “Serviços Subsidiários à Educação”, “Serviços de Saúde Não Especificados”, entre outras;
5. O OGE é mencionado publicamente apenas quando está a ser remetido para discussão na Assembleia Nacional e aprovação no Conselho de Ministros e na Assembleia Nacional, o que impede qualquer possibilidade de influência, através do diálogo, por parte dos cidadãos e das Organizações da Sociedade Civil;
6. A capacidade de execução do orçamento mantém-se insuficiente, tanto em resultado de atrasos na disponibilização de algumas verbas orçamentadas, quanto das debilidades técnicas da administração pública central e local em programar e priorizar investimentos públicos, em implementar as obras e serviços planificados, e em estabelecer parcerias que aumentem essa capacidade de execução orçamental;
7. O fraco controlo na execução do OGE, em decorrência do anteriormente exposto, reflecte-se na qualidade dos bens e serviços públicos fornecidos aos cidadãos;
8. A má gestão dos recursos públicos e a correlacionada falta de transparência são favorecidas pela intervenção não-institucional de diversas estruturas na realização de actividades que competem a uma instituição específica, como acontece, por exemplo, com o Gabinete de Reconstrução Nacional que implementa programas em princípio da responsabilidade dos Ministérios da Energia, Obras Públicas, Transportes e Habitação;

9. Existem em Angola grandes desigualdades regionais que o OGE mostra tendência de acentuar em vez de reduzir, atenuar; para além da inexistência de uma política coerente de desenvolvimento regional, não são claros os critérios de atribuição dos recursos às diversas províncias
10. Comparando o OGE aprovado para 2009 e a versão que resultou da revisão no meio do ano, verificam-se cortes em sectores como a educação e a saúde, que são fundamentais para o desenvolvimento do país, porque afectam directamente o seu capital humano e social; entretanto, o sector da defesa viu aumentadas as verbas orçamentadas sem uma explicação pública.

Recomendações

1. Às Organizações da Sociedade Civil

- a. Organizarem-se para melhor se informarem e formarem capacidades para influenciar o OGE, desenvolvendo habilidades não só de criticar, mas também de apresentar propostas e sugestões concretas, com base na realidade e nas necessidades;
- b. Fomentarem diálogo com os Ministérios para obter informações sobre as linhas orçamentais não especificadas e os critérios usados para fazer escolhas;
- c. Trabalharem com os números, mas também no terreno para acompanhar a execução das despesas previstas em quantidade e qualidade;
- d. Organizarem-se por áreas ou temas de interesse e especializarem-se na análise do OGE, a fim de definirem prioridades sectoriais e por área geográfica, e exercerem influência junto do poder público com mais propriedade e conhecimento;
- e. Promoverem a participação directa dos grupos especificamente interessados ou afectados por um tema, como os agricultores nas questões de segurança alimentar;
- f. Apresentarem as suas opiniões aos vários níveis da administração do Estado, em todos os espaços disponíveis a nível local e nacional, mas também convidarem e promoverem, sempre, a participação destes órgãos nos eventos organizados pela Sociedade Civil;
- g. Passarem mensagens muito claras sobre o que pretendem ver reflectido no OGE.

2. Às instituições do Estado

- a. Respeitarem o direito dos cidadãos e das Organizações da Sociedade Civil de participarem e contribuírem nas fases de elaboração, acompanhamento da execução e controlo do OGE, criando as oportunidades para que tal intervenção ocorra sistematicamente;

- b. Prestarem contas e darem informações sobre a execução do OGE, as razões da não realização de investimentos previstos, através de relatórios tornados publicamente.
- c. Assegurarem o bom funcionamento dos órgãos de diálogo e concertação, como os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), e dos órgãos multisectoriais de monitoria da implementação dos programas como o Plano Nacional de Educação Para Todos até 2015;
- d. Darem maior atenção: a) ao acesso sem discriminação à educação e à sua qualidade; b) à 1ª infância, nomeadamente através da educação pré-escolar; c) à alfabetização das mães, devido ao impacto decisivo no futuro dos filhos, não só nas fases pré e pós-natal, e da sociedade em geral; e) à integração inclusiva das crianças com necessidades especiais.

ANEXO

**LISTA DE PRESENÇA
CONFERÊNCIA SOBRE O OGE 2010**

Nº	NOME	ORGANIZAÇÃO INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Paulo Mulaza	Jornal De Angola	924768057	
2	Miguel João Major		917484275	
3	António Malela Maiandi	IERA	923404111	António_maiandi@-----net
4	Eduardo Sanjamba	SCIA	926290031	
5	Victor Barbosa	REDE EPT	912519981	aaeadultos@netangola.com
6	Riquinho Muanja	ADSA	912400167	
7	Sérgio Calundungo	ADRA	923637979	Sérgio.calundungo@adra-angola.org
8	Júlio Alberto	AJALN	933513555	
9	Saw Chanda	APN	222321083/927689312	apn.ang.dppm@netcabo.co.ao
10	Aida Endresen	EMBAIXADA REAL DA NORUEGA	924068546	gae@mfa.no
11	João Domingos Jonito	APN	923044804	apn.ang.joaod@netcabo.co.ao
12	Gabriel André Ventura	REDE EPT	923360935	
13	Henrique Calazans	PAANE	924652774	Paanehenriquesocial@hotmail.com.br
14	Quintas Katchilinguitchimue	ASBC	923355501/913625373	Assoc.asbkj.org@hotmail.com.br
15	Gabriel Albino Joaquim Gaby	UNAKISMA	912317035	
16	Natália Miranda Jorge	CATE	924140089/923262756	cateang@com.br
17	Egeolanda Teresa S.Hekile	TUENDE	925412200/923729335	tuendeangola@hotmail.com
18	Evadison tuacama Monteiro	SOS-CESIA	914749365	evadsontu@hotmail.com
19	Aguinaldo Ramalho Pedro	ACÇÃO HUMANA	914328839	
20	Mateus Gaspar	TVZIMBO		
21	Carolina Miranda	PMA	922351362	
22	Mariquinha Estêvão Sebastião	SDI	925225896	
23	João Misselo da Silva	OHID RED EPT BGA	924807707	ohiinternacional@yahoo.com.br
24	Luís Esalelo Cata	OHI GBA	934580222	Luiscata25@yahoo.com.br
25	Paula Camilo Neto	GLIF-K.SUL	921363107	

26	Altino Nuno	AAEA	912302953	aaeadultos@netangola.com
27	Agostinho Simão	AAMPA	923621156	Asimao60@yahoo.com.br
28	José Francisco Filho	LASD	923465040	joframingo@hotmail.com
29	Marcelino Bernardo Joaquim	JOVENS ACC. MUNDIAL	928245977	Titimarço@hotmail.com
30	Ralbr Paulo Ronelo	MOVIMENTO . MORALISTA	924754045	Movimento@genetmoralista.ak.ao
31	Sebastiana Martins	ASSOC. KASSULES MACULUSSO	923327992	Sebastianamartins@yahoo.com.br
32	Pedro Garcia Muemba	APN	923734199	apn.ang.coordhr@netcabo.co.so
33	Alberto André Magingo	ENSA-ANGOLA S/A	929670127	Magingo@ig.com.br
34	Marcelo Francisco Garcia	IERA	923462218	Francisco-garcia05@yahoo.com.br
35	Martinho Chiculo Frederico	ADA	922374262	
36	Carlos Cambuta	ADRA- SEDE	927875492	Carlos.cambuta@adra-angola.org
37	Nelson Paulo	ADSA/SIM EDUCAÇÃO	912612152	ongadsa@yahoo.com.br
38	Suzana João Fernando	ADSA/SIM EDUCAÇÃO	912467430	Suzy-91@hotmail.com
39	Domingps Chitamba	VAN/FLCS	924958985	chitambapaulo@hotmail.com
40	Rogério A. Barroso	VAN/FLCS	923897585	
41	Murielle Mignot	VAN/FLCS	925285482	
42	Domingos Major	ADRA-SEDE	912914899	
43	Albertina Delgado	OPEN SOCIETY - ANGOLA	912251444	